

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

LUIZA ALTIERI DAVID

**OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA POPULAÇÃO TRAVESTI E  
TRANSEXUAL FEMININA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE MARGINALIZAÇÃO  
E ABANDONO**

São Paulo

2022

Luiza Altieri David

Trabalho de Graduação Interdisciplinar  
apresentado como requisito para obtenção do  
título de Bacharel no Curso de Direito da  
Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Bruna Angotti

São Paulo

2022

Luiza Altieri David

**TÍTULO – OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA POPULAÇÃO TRAVESTI  
E TRANSEXUAL FEMININA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE  
MARGINALIZAÇÃO E ABANDONO**

Trabalho de Graduação Interdisciplinar  
apresentado como requisito para obtenção do  
título de Bacharel no Curso de Direito da  
Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Examinador(a):

---

Examinador(a):

---

Examinador(a):

# TÍTULO – OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL FEMININA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE MARGINALIZAÇÃO E ABANDONO

Luiza Altieri David

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo abordar a situação de vida da população travesti e transexual feminina brasileira nos momentos pré, durante e pós pandemia da Covid-19. Para tanto, inicialmente são apresentados conceitos iniciais de termos como “identidade de gênero”, “travestis” e “transexuais”, além de contextualizar a vivência dessas pessoas na sociedade pré-pandemia. São levantados comentários e questionamentos acerca da falta de dados sobre essa população, além de fazer breve síntese de como o governo Jair Bolsonaro lidou e ainda lida com as necessidades desse grupo. Após, adentramos questões específicas sobre como a maior pandemia deste século influenciou a vida dessas mulheres no que diz respeito à saúde, mercado de trabalho e violência. Para tanto, são apresentados dados obtidos através de relatórios, mapeamentos, dossiês, reportagens e relatos de travestis e pessoas trans que expõem situações vivenciadas em seus cotidianos marcados pelo medo, insegurança e abandono.

**Palavras chaves:** Pandemia. Covid-19. Transexuais. Travestis. Mulheres trans.

**Abstract:** This article aims to address the life situation of the “travestis” and transexual women from Brazil before, during and after the Covid-19 pandemic. It begins by conceptualizing some terms that will be used during this paper, such as “gender identity”, “travesti” and “transsexuals”, so that there is a better understanding of the subject. Afterwards, the life situation of these people, mainly trans women and “travestis”, will be discussed in a pre-pandemic context so there is a better understanding on how this group used to live before the Coronavirus spreading in Brazil. After that, the article will analyze how Jair Bolsonaro’s government dealt with the issue of trans people before and during his term as Brazil’s President. Then, the article will focus on the pandemic and verify if its arrival had an impact in the lives of trans and “travestis” people in terms of health, violence and job market. At its end, this study will analyze this group's future perspective and check the scars left in this population after the pandemics end.

**Key words:** Pandemic. Covid-19. Transsexuals. Travestis. Trans women.

**Sumário:** 1. Introdução. 2. Conceitos Iniciais: identidade de gênero, travestis e transexuais. 3. Necessária contextualização sobre a precariedade da população travesti e transexual feminina. 3.1. Alguns dados sobre a população trans: a quem interessa a invisibilidade? 3.2. O conservadorismo do governo Bolsonaro e a violência contra a população LGBTQIA+: o ódio como política de governo. 4. Pandemia: Um período de incerteza e insegurança. 4.1. Saúde, violência, mercado de trabalho e o impacto na situação socioeconômica da população travesti e transexual feminina durante a pandemia. 4.1.1. Saúde. 4.1.2. Violência. 4.1.3. O mercado de trabalho e o impacto na situação socioeconômica da população travesti e transexual feminina durante a pandemia. 5. Pós-pandemia: O impacto do “novo normal” na situação transexual e a triste perspectiva de futuro. 6. Conclusão.

## **1. INTRODUÇÃO**

No período compreendido entre março de 2020 até a confecção do presente artigo, em outubro de 2022, o vírus da Covid-19 causou a morte de aproximadamente 690 mil pessoas em território nacional brasileiro. Com a chegada da pandemia, os problemas sociais, econômicos e políticos que já existiam em nosso país, tomaram uma dimensão ainda maior. Paralelamente a estes problemas agravados pela pandemia, o Brasil se consagra, pela 13ª vez seguida, como o que mais mata pessoas trans em todo o mundo.

Com isso, este trabalho tem como objetivo analisar o reflexo da pandemia da Covid-19 na população travesti e transexual feminina brasileira e abordar a preocupante realidade enfrentada por estes grupos em tempos pandêmicos. Ocasionalmente, dados referentes ao Estado de São Paulo serão levantados, uma vez que se trata do Estado mais violento com pessoas trans em todo o Brasil<sup>1</sup>.

Dessa maneira, este estudo se mostra relevante para trazer luz a um problema grave em nossa sociedade e que assola a existência dessas mulheres, evidenciando grave violação aos direitos humanos de um grupo invisível aos olhos do Estado e, às vezes, da própria coletividade social.

Assim, o presente artigo busca entender de qual forma a pandemia da Covid-19 contribuiu para o aumento da marginalização da população travesti e transexual feminina e,

---

<sup>1</sup> BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). São Paulo, 29 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

para tanto, emprega a metodologia bibliográfica e descritiva. Foram analisados artigos científicos, dossiês, entrevistas, reportagens, notícias, teses e relatórios nacionais e internacionais que serviram como base para este estudo tão importante na construção do entendimento das necessidades dessa população após um período tão difícil e incomum como a pandemia.

## **2. CONCEITOS INICIAIS: IDENTIDADE DE GÊNERO, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

Antes de adentrarmos o tema principal do presente artigo, faz-se necessário explicar e apresentar alguns conceitos iniciais relacionados às pessoas que são objeto deste estudo. Dessa forma, para que o trabalho seja completo e faça sentido, serão abordados os conceitos de gênero e seu surgimento, além de explicar quem são e quais as diferenças entre pessoas transexuais e travestis. Vejamos.

De alguns anos para cá, tornou-se comum a realização dos chamados “chás-revelação”, festa comemorativa na qual os futuros pais da criança – que ainda está sendo gerada, revelam o sexo do bebê na presença de parentes e amigos. Nessas ocasiões, a revelação do sexo biológico da criança sempre se dá pelos mesmos artifícios: se a criança tiver uma vagina, algum objeto rosa será utilizado para fazer o anúncio; caso tenha um pênis, a cor será a azul.

Tal idealização acerca do sexo biológico da criança ainda não nascida é um perfeito exemplo para demonstrar que, na sociedade em que vivemos, nosso gênero está intrinsecamente conectado ao nosso sexo biológico: conforme a genitália com a qual nascemos, espera-se de nós um agir de forma condizente como homem, caso tenha nascido com um pênis, ou como mulher, caso nasça com uma vagina. Nesta esfera, pessoas que se conectam e se sentem alinhadas com o sexo biológico são denominadas pessoas cisgênero.

Entretanto, nem sempre este alinhamento ocorre. Como sabemos, existem pessoas que não se sentem vinculadas ao sexo biológico, ou seja, com a genitália que possuem e com o comportamento que lhes é esperado a partir do nascimento. Estas pessoas são chamadas de pessoas transgêneras<sup>2</sup>. De acordo com o glossário da United Nations Free & Equal (UNFE)<sup>3</sup>:

Transgênero (às vezes abreviado como “trans”) é um termo guarda-chuva empregado para descrever uma variedade ampla de identidades de gênero cujas aparência e características são percebidas como atípicas – incluindo

---

<sup>2</sup> Ao longo deste artigo, será utilizada a terminologia “pessoas trans” ou “população trans” para se referir às pessoas que não se identificam com o gênero ao qual foram designadas em seu nascimento.

<sup>3</sup> Glossário UN Free & Equal. Livres e Iguais, ONU. Disponível em <<https://www.unfe.org/pt-pt/definitions/>>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

pessoas transexuais, travestis, cross-dressers e pessoas que se identificam como terceiro gênero. Mulheres trans se identificam como mulheres, mas foram designadas homens quando nasceram, homens trans se identificam como homens, mas foram designados mulheres quando nasceram, e outras pessoas trans não se identificam de modo algum com o espectro binário de gênero. Algumas pessoas transgêneras querem passar por cirurgias ou por terapia hormonal para alinhar o seu corpo com a sua identidade de gênero; outras, não.

Assim, podemos concluir que “transgênero” se refere ao amplo espectro de pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele atribuído em seu momento de nascimento, estando incluídos nessa esfera pessoas transexuais e travestis. Mas partindo para os sujeitos de principal enfoque deste trabalho, sejam eles, mulheres trans e travestis, qual seria, então, a diferença entre os dois grupos?

O primeiro conceito do qual temos notícia que definiu e distinguiu travestis e transexuais foi criado pelo médico Harry Benjamin, em 1953, com a publicação do artigo “Travestismo e Transexualismo”<sup>4</sup> no *International Journal of Sexology*, v. 7, nº 1. De acordo com o médico<sup>5</sup>:

(...) a diferença fundamental entre travestis e transexuais é que no segundo caso existe um desejo intenso, por vezes obsessivo, de mudar completamente de estado sexual, inclusive da estrutura orgânica. Enquanto o travestismo representa o papel de mulher, o transexual deseja ser e funcionar como mulher, aspirando a adquirir tantas características quantas forem possíveis da mulher, seja de ordem física, seja de ordem mental, e seja, ainda, de ordem sexual. Tanto o travestismo quanto o transexualismo são sintomas da mesma condição de base; trata-se, nos dois casos, de distúrbio da normal orientação do sexo e do gênero.

A partir destes conceitos, surgem, ao longo dos anos, diversas outras pesquisas científicas sobre o tema com o intuito de definir e diferenciar mulheres transexuais de travestis. À época, os estudos definiam o “transexualismo” como um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto e, além disso, de se submeter a intervenções cirúrgicas e tratamentos hormonais para tornar seu corpo o mais parecido possível com o sexo pretendido. Já o “travestismo” se caracterizaria apenas pela utilização de roupas e adereços consideradas do sexo oposto durante uma parte de sua vida, com o intuito de satisfazer uma vontade “temporária” de pertencer ao sexo oposto, sem, entretanto, o desejo de intervenções cirúrgicas para conseguir uma mudança permanente.

---

<sup>4</sup> Percebe-se que era utilizado o sufixo “ismo”, indicativo de patologia.

<sup>5</sup> BENJAMIN, Harry. The International Journey of Sexology, *Transvestism and Transsexualism*. 1953, V.7, nº1, páginas 12-14.

Atualmente, porém, não podemos mais adotar a realização de cirurgias (ou a falta delas) para definir ou diferenciar transexuais e travestis. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC/LGBT) traz a seguinte definição, extraída do Relatório<sup>6</sup> produzido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

**MULHER TRANSEXUAL:** É a pessoa do gênero feminino, embora tenha sido designada como pertencente ao sexo/gênero masculino ao nascer. Muitas fazem uso de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas.

**TRAVESTI:** Uma construção de gênero feminino oposta ao sexo designado no nascimento, seguido de uma construção física, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas.

Como verifica-se do Relatório, as intervenções cirúrgicas e modificações corporais em sentido amplo não podem ser consideradas regra para nenhum dos dois grupos. Mas então, qual seria a diferença entre mulheres trans e travestis na atualidade? Atualmente, não as diferenciamos por condições físicas e, sim, pelas diferenças políticas e sociais atribuídas a cada uma.

O termo “travesti”, segundo Jorge Leite Jr. (2008, p. 196), possui origem francesa e designa a ideia de “disfarce”. *“Percebe-se assim que a palavra “travesti” já carrega alguns séculos de associação com o universo do disfarce, da ambiguidade, da incerteza e, no limite, da representação de uma mentira”* (JR, 2008).

No Brasil, passou-se a associar o termo primeiramente com a prática artística de “disfarçar-se do sexo oposto”, e, posteriormente, com a prostituição. A associação entre os termos “prostituição” e “travesti” se demonstra tão significativa ao nível de, até o ano de 2008, a Classificação Brasileira de Ocupações trazer “travesti” como sinônimo de “profissional do sexo” (OLIVEIRA, 2019).

Tais associações, por si só, ajudaram a marginalizar ainda mais essa população, considerada por boa parte da sociedade como não sendo “nem homem, nem mulher”. Ainda segundo Jorge Leite Jr, *“Em nosso país, as pessoas conhecidas como travestis estão fortemente*

---

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT. Brasília, DF. 2020. Disponível em [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/LGBT-nas-prisoos-Brasil.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/LGBT-nas-prisoos-Brasil.pdf) Acesso em 21 de setembro de 2022.



*associadas no imaginário social à marginalização e à prostituição, independente do quanto esta seja uma relação real ou não” (JR, 2008).*

Para colaborar com o argumento de que aos termos “travesti” e “mulher trans” são atribuídos significados e pesos distintos, a professora Lázara dos Anjos e a recém-eleita deputada federal Érika Hilton, ambas travestis, deram as seguintes declarações ao Portal de Notícias UOL<sup>7</sup>:

**Lázara:** "Quando uma travesti é assassinada, agredida ou sai no noticiário policial acusada de roubo, por exemplo, é sempre travesti. Quando está fora de um contexto violento, seja atuando numa novela ou em cima de um palco — ou, ainda mais raro, em um cargo alto numa empresa — é chamada de mulher trans"

**Érika:** “Ao me apresentar como travesti, especialmente no Parlamento, quero demarcar a luta histórica que as travestis travaram durante muito tempo. A palavra traz consigo resistência, luta e ação, é um marcador social da nossa trajetória.”

A líder da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Keila Simpson, afirma<sup>8</sup> que “por romperem com o muro entre o masculino e o feminino” e por serem “transgressoras do padrão que determina o conviver apenas nesses dois gêneros”, as travestis acabam virando alvo de discriminação e violência, sendo sempre marginalizadas perante a sociedade.

Ainda segundo Keila, as travestis, diferentemente das mulheres trans, não possuem interesse ou reivindicam serem reconhecidas como “mulheres travestis”: trata-se de uma vivência que, embora ocorra no universo feminino, não é a de mulher, e sim a de travesti. Dessa forma, reforça-se a ideia de que ser travesti significa pertencer a um “terceiro gênero”, que não pode ser definido nem como feminino, nem como masculino.

Assim, podemos concluir que pessoas transexuais e travestis possuem a sua própria individualidade e infinitas maneiras de vivenciar sua própria transexualidade e travestilidade. Não há uma forma ou definição exata do que é ser travesti ou mulher transexual, assim como também não há definição exata que contemple o que é ser homem ou mulher cis. A ideia de gênero é absolutamente individual e surge a partir de experiências únicas que cada pessoa vivencia de acordo com o meio onde está inserida. A partir destas vivências únicas e individuais,

---

<sup>7</sup> GONZALEZ, Mariana. *Fátima errou e se desculpou: entenda a diferença entre travesti e transexual*. UOL, 3 de julho de 2021. Disponível em <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/07/03/fatima-errou-e-se-desculpou-entenda-diferenca-entre-travesti-e-transexual.htm>>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

<sup>8</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília, 2015. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf)>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

é possível, então, que a pessoa se identifique com o que mais lhe convier – ou até mesmo que não se identifique com nenhum. As possibilidades, nas palavras de Mário Carvalho (2018, p. 22/23), são múltiplas e imprevisíveis.

### **3. NECESSÁRIA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A PRECARIEDADE DA POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL FEMININA NO PRÉ-PANDEMIA**

Desde muito antes da pandemia da Covid-19 assolar o mundo, a população transexual – principalmente a feminina<sup>9</sup> – sofre com o isolamento social forçado e a marginalização em nosso país: de acordo com a plataforma Trans Murder Monitoring (TMM – Monitor de Assassinatos de Pessoas Trans, em tradução livre), uma iniciativa da ONG Transgender Europe (TGEU), o Brasil lidera, há 13 anos, o ranking de países que mais matam transexuais no mundo<sup>10</sup>. O estudo e o fornecimento de dados é realizado anualmente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e se baseia em reportagens e relatos emitidos por organizações LGBTQIA+ ao redor do país.

Ao decorrer da história, a população LGBTQIA+ sempre ocupou os primeiros lugares no ranking de minorias mais expostas à violência, preconceito, mortes e violações de direitos humanos fundamentais<sup>11</sup>. Durante todo o período colonial brasileiro, que se deu entre os anos de 1530 e 1822, por exemplo, relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram proibidas por lei. A descriminalização veio apenas em 1830, com a promulgação do Código Penal do Brasil Império. Entretanto, a descriminalização não foi o suficiente para acabar com os preconceitos e com a violência que pessoas LGBTQIA+ sofriam (e ainda sofrem).

Isso porque viver em uma sociedade cisnormativa - ou seja, em uma sociedade onde predomina como padrão aqueles que se identificam com o órgão genital com o qual nasceram -, é uma luta constante para as pessoas trans.

Para corroborar com tal argumento e demonstrar o atraso na qual estão inseridas as questões relativas às pessoas transexuais, foi apenas no ano de 2019 que a transexualidade

---

<sup>9</sup> A título de exemplo, segundo o Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2019, antes da pandemia, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. Dessas, 97,7% eram mulheres trans. Em 2021, das 140 pessoas trans assassinadas em território nacional, 135 eram mulheres trans.

<sup>10</sup> TVT TMM Update: Trans Day of Remembrance 2021. Transrespect.org. Disponível em <[https://transrespect.org/wp-content/uploads/2021/11/TvT\\_TMM\\_TDoR2021\\_Tables.pdf](https://transrespect.org/wp-content/uploads/2021/11/TvT_TMM_TDoR2021_Tables.pdf)>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

<sup>11</sup> LBGTs sofriam torturas mais agressivas, diz CNV. *BBC*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2014. Disponível em <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210\\_gays\\_perseguido\\_ditadura\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_gays_perseguido_ditadura_rb)>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

PERSEGUIÇÃO aos homossexuais durante o Terceiro Reich. *United States Holocaust Memorial Museum – Enciclopédia do Holocausto*. Washington, EUA. Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gay-men-under-the-nazi-regime>> Acesso em: 25 de outubro de 2022.

deixou de ser considerada, efetivamente, uma doença. Apenas há três anos, a Organização Mundial da Saúde publicou a 11ª edição do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), e deixou de incluir a transexualidade como um transtorno mental. Dessa forma, a classificação passou a vigorar da seguinte forma:

HA 60 – Incongruência de gênero na adolescência ou na idade adulta: A Incongruência de Gênero da Adolescência e da Idade Adulta é caracterizada por uma incongruência marcada e persistente entre o gênero vivenciado de um indivíduo e o sexo atribuído, o que muitas vezes leva a um desejo de 'transição', a fim de viver e ser aceito como uma pessoa do vivido gênero, por meio de tratamento hormonal, cirurgia ou outros serviços de saúde para que o corpo do indivíduo se alinhe, tanto quanto desejado e na medida do possível, com o gênero vivenciado. O diagnóstico não pode ser atribuído antes do início da puberdade. O comportamento e as preferências das variantes de gênero, por si só, não são uma base para atribuir o diagnóstico.<sup>12</sup>

Assim, a transexualidade deixava a categoria de transtornos mentais para integrar o grupo de “condições relacionadas à saúde sexual” o que, na prática, significa que pessoas transexuais passaram a ser reconhecidas como aquelas que podem vir a necessitar de cuidados médicos, principalmente no tocante à transição de gênero. Antes, eram tratadas como pessoas com problemas e transtornos mentais e que precisavam de tratamento psiquiátrico para serem “curadas”.

Apesar de a promulgação da Constituição Federal de 1988 ter representado considerável avanço no que tange os direitos básicos da pessoa e à garantia dos princípios da igualdade e da dignidade, a população transexual permanece vulnerável e vê seus direitos básicos serem desrespeitados todos os dias perante a sociedade brasileira.

Em que pese o utópico artigo 5º de nossa Carta Magna<sup>13</sup> garantir que todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o que podemos verificar são barreiras que fazem com que, na prática, as garantias de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, não sejam asseguradas a todos de forma igualitária.

---

<sup>12</sup> ICD-11 for Mortality Statistics. World Health Organization. Disponível em <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

<sup>13</sup> Constituição Federal, artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”

Embora a Constituição Cidadã ter sido promulgada em 1988, foi apenas na década de 2010 que as reivindicações da população LGBTQIA+ e o combate à discriminação tornou-se mais aparente em âmbito federal. Vejamos alguns exemplos.

Em 2011, por meio da Portaria N.º 2.836, criou-se a Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS visando a melhoria da saúde deste grupo. Já no ano de 2013, a Resolução N.º 175 do Conselho Nacional de Justiça determinou que as autoridades competentes estariam proibidas de recusar a celebração ou habilitação do casamento civil entre pessoas do mesmo gênero.

Alguns anos mais tarde, o Supremo Tribunal Federal (STF) se tornaria o principal responsável pela obtenção de direitos e de conquistas referentes à população LGBTQIA+. Em 2018, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito à alteração de nome e gênero no registro civil sem que houvesse a necessidade de ações judiciais ou procedimentos cirúrgicos para redesignação de sexo. Após, em 2019, o STF decretou, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, que atos homofóbicos e transfóbicos podem ser punidos como crime de racismo, com base na Lei nº 7.716/1989, até que seja elaborada uma lei específica que trate acerca do tema. Tal decisão, inclusive, foi amplamente debatida à época e criticada por suposta invasão ao poder legislativo pelo judiciário.

Neste ano de 2022, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em decisão inédita proferida durante o julgamento do Recurso Especial 1.977.124, entendeu que a Lei Maria da Penha deve ser aplicada às mulheres trans, sendo este o primeiro precedente formado em tribunais superiores acerca do tema. O Recurso refere-se ao caso de uma mulher trans espancada pelo próprio pai, que não aceitava o fato de que seu filho, nascido biologicamente homem, se identificava com o gênero feminino.

O Ministro Relator do caso, Rogério Schietti, trouxe em seu voto dados sobre mortes de mulheres trans e salientou que o Brasil lidera, por 13 anos consecutivos, o ranking de assassinato de pessoas trans, sendo este “um reflexo de uma cultura patriarcal e misógina”. Em seu voto:

“Registro que no ano passado foram 140 assassinatos. O dado é preocupante porque reflete comportamento predominante que não aceita identidades outras que aquelas que a nossa cultura e formação nos levou a definir, até por questões religiosas, como identidades relacionadas tão somente ao sexo, característica biológica. O que se discute é que a possibilidade de uma lei que veio para proteger a mulher possa também abrigar assim quem se define, se identifica”

Apesar de o recurso em questão não possuir caráter repetitivo e este entendimento valer apenas para o caso concreto, verifica-se um importante avanço do Judiciário no caminho de uma sociedade menos exclusiva para as mulheres trans e travestis.

O caso acima narrado, responsável por gerar a decisão inédita, reflete o terror no qual estão inseridas as pessoas trans, sobretudo as mulheres. O preconceito, o conservadorismo e a existência de uma sociedade extremamente machista e cisgênera são responsáveis por levarem muitas das mulheres transexuais às ruas, seja por conflitos enfrentados em casa ou pela expulsão realizada pela própria família. Berenice Bento, em sua obra *Transviad@s* (2017), descreveu como este processo acontece (p. 235):

“O processo de exclusão das pessoas trans começa muito cedo. Quando as famílias descobrem que o filho ou a filha está se rebelando contra a “natureza” e que desejam usar roupas e brinquedos que não são apropriados para seu gênero, o caminho encontrado para “consertá-lo” é a violência.”

Segundo o relatório da ANTRA, de 2017<sup>14</sup>, estima-se que “13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais”. Esta faixa da população trans é exposta a condições adversas, e, como assinala Bento (2011): “não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídos de todos os campos sociais” (BENTO, 2011, p.549).

A não-aceitação e o medo de passarem por situações violentas fazem com que essa população, cada vez mais, se veja obrigada a excluir-se do convívio social como forma de sobrevivência e de se auto proteger. De acordo com o Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo (CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, 2021)<sup>15</sup>:

“Quanto aos espaços que deixaram de frequentar, as igrejas aparecem como local de maior constrangimento à presença da população trans. Embora 48% das pessoas entrevistadas tenham continuado a frequentar normalmente os templos religiosos, outras 40% deixaram de frequentá-los. Esse percentual pode estar relacionado à resposta de não seguir “nenhuma religião” ou à

---

<sup>14</sup> BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). São Paulo. 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

<sup>15</sup> CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA – CEDEC. Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: Relatório de Pesquisa. São Paulo, 2021. Disponível em <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/LGBT/AnexoB\\_Relatorio\\_Final\\_Mapeamento\\_Pessoas\\_Trans\\_Fase1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf)>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

dificuldade das religiões matrizes judaico-cristãs em lidar com as diferentes identidades de gênero. Outras esferas que deixaram de frequentar foram: a escola (64%) e a casa de familiares (58%), isto é, locais em que, ainda hoje, a população trans se depara com muitas dificuldades de aceitação e, desde muito cedo, enfrenta situações de ridicularização, desrespeito e violência.”

Além disso, estudos mostram que mulheres trans estão mais suscetíveis a serem sistematicamente expulsas dos ambientes escolares<sup>16</sup> e, conseqüentemente, possuem escasso acesso ao mercado de trabalho formal<sup>17</sup>. Analisando os dados levantados pelo Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo, verifica-se que mulheres trans e travestis possuem imensa dificuldade em ocupar uma atividade laboral com carteira assinada: 3% das travestis e 6% das mulheres trans entrevistadas não tem renda alguma; 24% das travestis e 14% das mulheres trans perfazem, em média, ½ salário-mínimo/mês; 29% das travestis e 35% as mulheres trans perfazem, em média, entre ½ e 1 salário mínimo/mês.

Dos dados acima expostos pode-se concluir que a maioria desta população ((56% das travestis e 55% das mulheres trans) possui uma renda mensal considerada baixa, perfazendo, no máximo, pouco mais de mil reais ao mês.

Dessa maneira, devido à falta de oportunidades e pela exclusão a qual são submetidas desde muito jovens e ao longo de suas vidas, acabam encontrando na prostituição uma forma de poderem expressar sua identidade de gênero e sexualidade, e, além disso, de sustento e sobrevivência. Em uma passagem da obra de João Felipe Zini Cavalcante de Oliveira, uma mulher trans entrevistada por ele comenta sobre o assunto:

Para sintetizar, uma das travestis/transexuais conta, com certo orgulho, do trabalho que desempenhava quando ainda era ‘boyzinho’. Ela narra que começou a trabalhar em um supermercado organizando as prateleiras e, por desempenhar a função com maestria, foi alçando cargos superiores e, aos 23 anos, com pouco ‘tempo de empresa’, era responsável pela organização de todo o estoque do supermercado. Contudo, quando deu início às modificações corporais que almejava, o chefe a demitiu sob o argumento de ela ‘atrapalhar a atenção dos demais funcionários’ (OLIVEIRA, 2019).

Infelizmente, um dos grandes responsáveis pela escassa inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho formal, ainda nos dias de hoje, é o preconceito enraizado nos empregadores e nas empresas como um todo. Como consequência deste fato, temos uma população extremamente marginalizada: de acordo com O Mapeamento das Pessoas Trans no Município

---

<sup>16</sup> ANDRADE, Luma Nogueira. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa, 2012, f. 279. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

<sup>17</sup> FERREIRA, Leticia. Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de janeiro de 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/emprego-formal-ainda-e-excecao-entre-pessoas-trans.shtml>>. Acesso em 26 de agosto de 2022.

de São Paulo<sup>18</sup>, do total de entrevistadas, 46% das travestis e 34% das mulheres trans se declaram profissionais do sexo, acompanhantes ou garotas de programa.

Indo além, dados informais disponibilizados pela ANTRA estimam que 90% das travestis e transexuais, em algum momento da sua vida, já dependeram da prostituição como fonte de renda. Inclusive, é senso comum entre travestis e mulheres trans que existe estreita ligação entre o gênero com o qual se identificam e a prostituição. É o que demonstra trecho desta entrevista concedida por uma travesti – não identificada (OLIVEIRA, 2019):

Travesti/transexual: Eu, porque eu sou travesti, vou ser sempre prostituta, vou morrer prostituta e depois ainda vou ser prostituta e olha que faz tempo que eu não trepo (sic), mas continuo prostituta pros olhos de todo mundo.

Dentro desse contexto, pode-se observar uma forte e direta ligação entre os altos índices das – compulsoriamente – adeptas a esta fonte de renda, com os altos índices de violência. É o que se extrai do Dossiê da ANTRA (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021):

(...) Também foi identificado que pelo menos 72% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, que são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais. É exatamente dentro desse cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, encontrando-se em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas.

Em forte relato, uma das travestis/transexuais entrevistada por OLIVEIRA (2019, p. 82), ao ser questionada se já sofreu algum tipo de violência na rua, praticando prostituição, respondeu:

Transexual/travesti: ai, já, um monte, mas também aprendi a me defender. Já fui roubada, estuprada... é... é... espancada e apanhei calada. Eu apanhava calada, né. Eu sofri calada muito tempo, mas depois que eu aprendi a não abaixar a cabeça pra homem. (...) A gente tem que saber se defender, não adianta. Se eu me fizer de coitada eu não duro na rua não. Travesti não é bagunça, sabe?

---

<sup>18</sup> CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA – CEDEC. Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: Relatório de Pesquisa. São Paulo, 2021. Disponível em <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/LGBT/AnexoB\\_Relatorio\\_Final\\_Mapeamento\\_Pessoas\\_Trans\\_Fase1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf)>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

Os dados extremamente alarmantes evidenciam uma situação de extrema precarização e abandono social de uma população que, em sua maioria, não conta com suporte familiar, estatal ou qualquer outro tipo de rede de apoio.

### **3.1. ALGUNS DADOS SOBRE A POPULAÇÃO TRANS: A QUEM INTERESSA A INVISIBILIDADE?**

Antes de adentrarmos no tema principal deste trabalho, é importante ressaltar que, até o momento atual em que este artigo está sendo escrito (meados de 2022), há uma ausência extrema de dados governamentais e informações sobre a situação da população LGBTQIA+ durante a pandemia do Covid-19. Dados sobre acesso à saúde, violência, mercado de trabalho e sobre como a pandemia do coronavírus atingiu, na esfera social ampla, a população trans, não foram providas pelo Estado até o momento.

Porém, o problema da invisibilidade na qual estão inseridas as pessoas trans e a ausência de dados oficiais sobre essa população ocorrem desde antes da pandemia do coronavírus assolar o mundo e gerar a gravíssima crise econômica, sanitária e humanitária pela qual passamos.

O Brasil, apesar de ser responsável por cerca de 40% dos assassinatos de pessoas trans que ocorrem em todo o mundo<sup>19</sup>, parece não nutrir interesse em gerar dados que deem ciência à situação da população transexual em território nacional.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) são as únicas plataformas que recolhem dados acerca da população trans no Brasil. A ANTRA performa um trabalho espetacular ao analisar casos e publicar, anualmente, dossiês que revelam dados acerca da população trans. Além disso, publica também cartilhas e manuais informativos que ajudam a população com questões relevantes (como a alteração do registro civil, alistamento militar, dicas de cuidados e o que fazer em caso de violência). Já o IBTE realiza, em especial, trabalho quantitativo, mapeando as violências sofridas por pessoas trans no Brasil e na América Latina.

Importante ressaltar que por conta da ausência de dados governamentais oficiais, ambas plataformas realizam suas pesquisas e divulgações de resultados com base nos casos divulgados pela mídia. Com isso, acende o alerta para a imensa probabilidade destes números serem muito maiores e mais alarmantes do que os divulgados pelos institutos.

---

<sup>19</sup> BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). São Paulo, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2022.



Como exemplo que corrobora com o argumento acima, em consulta aos dados providos pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo<sup>20</sup>, percebe-se que das mortes classificadas como feminicídio, não constam casos de transfeminicídio, termo que o governo sequer reconhece em suas estatísticas. Embora o estado lidere o ranking de mortes de transexuais e travestis em todo o Brasil<sup>21</sup>, não é possível, de forma oficial, realizar a filtragem de todos os casos.

A partir disso, não é raro que casos de transfeminicídio sejam enquadrados como assassinatos de homens, uma vez que são raros os casos em que a vítima tenha seu nome social e identidade de gênero respeitados. A partir do momento em que uma pessoa trans morre, ela se torna, para as estatísticas, tão somente um corpo cisgênero.

De acordo com o Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo<sup>22</sup>, que em 2021 “sistematizou um conjunto de informações referentes à pesquisa ‘Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo’, realizada no período compreendido entre 22 de dezembro de 2019 e 07 de novembro de 2020”, por exemplo, 61% das travestis e 55% das mulheres trans quando foram entrevistadas, ainda não haviam feito a retificação de seus documentos. Sendo assim, quaisquer informações oficiais a respeito desta pessoa (cadastros em delegacias e hospitais, por exemplo) trariam sua qualificação conforme documentação civil, não refletindo sua identidade de gênero, tornando as subnotificações ainda mais frequentes. Isto é noticiado no Dossiê apresentado pela ANTRA (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021):

São comuns casos em que diversos canais vêm reportando assassinatos de travestis como se fossem “homens vestidos de mulher” ou, ainda, “homossexual assassinado com roupas femininas”. (...). Estimamos que 95% dos casos nos quais a notícia diz se tratar de “homem vestido de mulher é encontrado morto” se refiram, na verdade, ao assassinato de uma travesti ou mulher transexual que é noticiado de forma transfóbica. (...) Nos casos de assassinatos, esses dados se perdem nos registros de ocorrência. Da mesma forma, nos lados do IML, ignora-se a identidade de gênero da pessoa. Com isso, torna-se evidente que são os estados, as polícias e órgãos de segurança os responsáveis pela falta de dados e manutenção da subnotificação dos dados de assassinatos de pessoas trans no Brasil.

---

<sup>20</sup> SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública. Estatísticas de Violência Contra as Mulheres. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/ViolenciaMulher.aspx>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

<sup>21</sup> BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). São Paulo, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2022.

<sup>22</sup> CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA – CEDEC. Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: Relatório de Pesquisa. São Paulo, 2021. Disponível em [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/LGBT/AnexoB\\_Relatorio\\_Final\\_Mapeamento\\_Pessoas\\_Trans\\_Fase1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf). Acesso em 15 de agosto de 2022.

Não só dados sobre a violência contra pessoas trans são difíceis de serem obtidos. Questões sobre acesso à saúde, mercado de trabalho, educação e renda dessa população também são praticamente inexistentes em órgãos oficiais do governo. Para se ter ideia, pessoas trans sequer são quantificadas no censo do IBGE: todas as estatísticas sociodemográficas levantadas pelo instituto levam em consideração apenas o sexo ou órgão genital, não abordando a questão da identidade de gênero.

Com a escassez dos dados referentes à população trans, políticas públicas que melhorem a qualidade de vida deste grupo se tornam cada vez mais distantes. Como combater um problema invisível aos olhos do governo? A impressão que fica, ao verificar a pouca importância dada ao levantamento destas informações, é que a ausência de dados é a desculpa perfeita para tratar com indiferença a questão trans e travesti no Brasil: se não há dados concretos, o problema passa a não existir e, portanto, não há o que ser solucionado. Simples assim.

Dessa forma, inegável que, de fato, existe um descaso generalizado com a população transexual e travesti que perdura há diversos anos em nosso país. Entretanto, no próximo capítulo analisaremos por qual motivo o governo Jair Bolsonaro conseguiu se destacar como inimigo da população transexual e travesti.

### **3.2. O CONSERVADORISMO DO GOVERNO BOLSONARO E A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+: O ÓDIO COMO POLÍTICA DE GOVERNO**

Desde muito antes de ser lançado como candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro já demonstrava opiniões machistas, xenofóbicas, racistas e LGBTQfóbicas. Frases como “as minorias têm que se curvar às majorias” e “as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”, traduzem bem o pensamento do atual presidente do Brasil<sup>23</sup>.

Fato é que Jair Bolsonaro governou, nestes quatro anos de mandato, exatamente como prometido em campanha eleitoral: exclusivamente para as majorias. No tocante à população LGBTQIA+, nenhuma medida legislativa ou política pública que seja benéfica foi instituída. Pelo contrário: muito se perdeu com a eleição do atual presidente.

---

<sup>23</sup> Como recomendação sobre o assunto, o documentário “Quebrando mitos”. Direção e produção: Fernando Grostein Andrade. FilmSoul Studios, Noho, Califórnia, 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LUQyatn4iqQ>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

Logo no início de seu mandato, em 2019, o decreto Nº 9.759 da Presidência da República determinou que fossem extintos diversos conselhos de políticas públicas vinculados a certas áreas no governo federal, dentre eles, o CNCD/LGBT (Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT). Segundo o Jornal Nexo, o CNCD/LGBT foi recriado após o STF ter limitado o alcance do decreto, contudo, em um formato distinto. Seu ato de (re)criação (Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019) “*não mencionou explicitamente a população LGBTQIA+ como alvo de sua atuação e diminuiu o número de representantes da sociedade civil para três, fragilizando a capacidade de acompanhamento das ações do governo federal na área por organizações da sociedade civil*” (Jornal Nexo, 2022).

Bolsonaro também revogou a 4ª Conferência Nacional LGBT, que havia sido convocada por Michel Temer ainda em 2018 e que passaria ao governo Bolsonaro a responsabilidade por organizar tal edição da conferência. Entretanto, Jair Bolsonaro, por meio do Decreto nº 10.346/2020, revogou a convocação anterior, descontinuando, assim, a realização das conferências nacionais nessa área e diminuindo as possibilidades de reivindicação e expressão das demandas do grupo LGBTQIA+ ao Governo Federal.

Além disso, em 2020, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos não despendeu dinheiro algum com a população LGBTQIA+, apesar dos cerca de R\$ 800 mil empenhados, conforme mostra reportagem<sup>24</sup> da revista *Gênero e Número*. Para Léo Ribas, ativista do movimento, um dos motivos para a execução nula seria a falta de diálogo do governo com os movimentos sociais organizados: “*A partir do momento que você não dialoga, não tem como promover políticas porque você não sabe as demandas reais. Esse governo não sabe nossas demandas reais*”, disse.

Em 2021, ainda durante a pandemia do coronavírus, o governo Jair Bolsonaro extinguiu o DPLGBT (Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT) após este ser fundido a outros e dar origem ao Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e Populações em Situações de Risco. Apesar deste novo órgão incluir em seus objetivos o desenvolvimento de políticas para pessoas LGBTQIA+, suas pautas foram divididas com outras áreas de políticas públicas. Dessa maneira, o Decreto nº 10.883 de 6 de dezembro de 2021, extinguiu um órgão que anteriormente era exclusivamente dedicado a políticas para o grupo LGBTQIA+ no governo federal.

---

<sup>24</sup> FERREIRA, Lola. Pouco dinheiro gasto por ministério de Damares em 2020 impacta mulheres LGBT+ e gera temor sobre futuro da pasta. *Revista Gênero e Número*. 14 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/orcamento-damares-2020-mulheres-lgbt/>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

O presidente, que assumiu como plano de governo uma agenda anti-trans e anti-gênero<sup>25</sup>, demonstra como um verdadeiro desserviço para a população trans e travesti. Falas transfóbicas e homofóbicas não são raras em seus discursos<sup>26</sup> e, ao se posicionar abertamente contra o debate da diversidade de gênero, o presidente acaba por incitar (inconscientemente ou, o mais provável, de forma premeditada) o ódio em cidadãos comuns contra essa minoria. O Dossiê apresentado pela ANTRA trata sobre o tema (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021):

O projeto de governo autoritário, patriarcal, negacionista, anti-científico, anti-direitos humanos, anti-gênero, anti-LGBTQIA+ coloca um desafio ainda maior quando vemos o aparelhamento das instituições do estado, o fortalecimento de correntes alinhadas com ideologias fascistas que unem a base bolsonarista no executivo e no legislativo, nos estados e municípios, e avança no judiciário com a indicação de mais um ministro “terrivelmente evangélico”, fundamentalista e subserviente ao presidente. Consolidando-se como um dos piores cenários para a democracia e especialmente para as pessoas LGBTQIA+.

Bolsonaro alega que existe no Brasil o que ele chama, de maneira pejorativa, de “ideologia de gênero”. Tal ideologia, supostamente, teria como objetivo impor a questão de gênero e assuntos correlacionados - como sexualidade -, nas escolas, o que levaria à uma “corrupção” da infância e à quebra dos “valores da família” na visão do presidente. Entretanto, o que faz Jair Bolsonaro ao proferir essas alegações infundadas, é transformar a população LGBTQIA+, sobretudo a transexual/travesti, em inimiga que deve ser combatida. Sobre esse assunto, o dossiê também aduz:

Quando discutimos a necessidade de incluir o debate de gênero nas escolas, há uma intenção bem diferente daquela que é atribuída no discurso em torno do pânico moral gerado pela falaciosa “Ideologia de Gênero” – de que pessoas LGBTI, em especial as trans, representam o mal e “querem transformar pessoas cis-hetero em trans e/ou gays/lésbicas”. É preciso pontuar que a “Ideologia de Gênero”, conforme publicizada, é uma ferramenta de ódio, de cunho religioso cristão, que admite uma postura em forma de política institucional e utilizada pelos seus fomentadores, a fim de interferir em setores do Estado, contra as discussões de gênero, contra os direitos das mulheres (cis e trans/travestis), principalmente, contra a existência de pessoas não-cisgenêras.

---

<sup>25</sup> BOLSONARO diz que debates de “ideologia de gênero” são “coisa do capeta”. *Exame*, 10 de agosto de 2019. <https://exame.com/brasil/bolsonaro-afirma-que-discussoes-sobre-genero-sao-coisa-do-capeta/>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

<sup>26</sup> Algumas falas do Presidente que podem ser mencionadas, são: “O que queremos é que o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda, que a Mariazinha seja Maria a vida toda. Que constituam família e que seu caráter não seja deturpado em sala de aula” e “Seria incapaz de amar um filho homossexual (...) Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo.”

Assim, observando a escassez das medidas públicas criadas para a proteção dessa população e as mudanças realizadas pelo governo, percebe-se que além de não ter contribuído para melhorar a vida das pessoas LGBTQIA+, Bolsonaro conseguiu piorar o que já não estava bom. Cumprindo a lógica de que as minorias devem se curvar às majorias, mulheres trans e travestis, camada gravemente marginalizada e invisibilizada conforme demonstrado no Tópico 3 deste trabalho, foram deixadas à própria sorte entre os anos de 2019 e 2022, período em que se passou a maior pandemia do século.

Dessa forma, tendo em vista que em tempos comuns a situação deste grupo já era de vulnerabilidade e insegurança, verificaremos nos tópicos seguintes como a situação das mulheres trans e travestis foi afetada durante a pandemia do Covid-19, evidenciando o agravamento ou não de suas condições de subsistência, planos governamentais e vida num aspecto geral.

#### **4. PANDEMIA: UM PERÍODO DE INCERTEZA E INSEGURANÇA**

Como visto nos tópicos anteriores, a situação de pessoas trans já era preocupante antes mesmo da pandemia do coronavírus afetar o Brasil. Entretanto, a partir de março de 2020, quando a Covid-19 se alastrou efetivamente pelo nosso país, a vida deste grupo se tornou ainda mais difícil<sup>27</sup>.

Assim, diante da gravíssima crise sanitária e humanitária instaurada, se faz necessário analisar os impactos do distanciamento social e das demais medidas adotadas pelo governo na vida das mulheres trans e travestis de São Paulo, cidade brasileira que mais mata pessoas trans no Brasil.

Em muitas ocasiões, disseminou-se na internet que a COVID-19 poderia ser considerado um vírus “democrático”, uma vez que atingia a todos de maneira igual, não escolhendo quem vai matar. Entretanto, neste tópico veremos que tal afirmação é uma falácia e que a vulnerabilidade social na qual estão inseridas as mulheres trans e travestis impactou a forma como a pandemia atingiu este grupo social.

Segundo David Harvey (2020)<sup>28</sup>, a pandemia da COVID-19 pode ser caracterizada também como uma pandemia de classe, gênero e raça, uma vez que evidencia as

---

<sup>27</sup> SALABERT, Duda. Os impactos da pandemia na população trans. *Nexo Jornal*, 21 de maio de 2021. Disponível em < <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Os-impactos-da-pandemia-na-popula%C3%A7%C3%A3o-trans>>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

<sup>28</sup> HARVEY, David. *Política anticapitalista em tempos de COVID-19*. In.: DAVIS, Mike, et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/)

vulnerabilidades sociais existentes em nossa sociedade. Tal fala se demonstra factível uma vez que as medidas de segurança adotadas pelos estados brasileiros, principalmente no tocante ao isolamento social, não puderam ser cumpridas por todas as camadas sociais, uma vez que a falta de renda, iminência de desemprego e a fome batem na porta de milhares de brasileiros.

O impacto social deste tipo de medida é distinto entre países, estratos sociais e identidades. As duas últimas são as que mais agravam a situação, verbi gratia, as pessoas que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social hoje estão muito mais vulneráveis. É o caso das pessoas trans, em especial das mulheres trans, posto que se trata de uma população discriminada e dificilmente considerada pelo Estado no sentido de proporcionar, em igualdade de condições, um acesso digno ao sistema de saúde pública, gratuito e de qualidade. Na verdade, para estas identidades, a pandemia tem deixado um cenário ainda mais terrível. (OLIVEIRA, p. 3)

Assim, além de toda a violência vivenciada diariamente pela população trans e travesti, com a pandemia, essas mulheres suportaram também uma total falta de amparo social por parte do Estado. Alessandra Oliveira (2020) pontua as dificuldades sofridas pela população trans no período de pandemia, antes já existentes e agora majoradas, como as altas taxas de assassinatos, o desemprego latente e a impossibilidade do acesso ao tratamento hormonal devido às crises enfrentadas nos hospitais. Tais dificuldades serão abordadas mais adiante, no tópico seguinte.

## **4.1 SAÚDE, VIOLÊNCIA, MERCADO DE TRABALHO E O IMPACTO NA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL FEMININA DURANTE A PANDEMIA**

### **4.1.1 SAÚDE**

Segundo o Dossiê da ANTRA sobre Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021, 14 pessoas trans morreram vítimas da Covid-19. Entretanto, estima-se que este número seja muito maior, uma vez que, conforme já abordado anteriormente, a identificação da pessoa é realizada exclusivamente pelo sexo/órgão genital durante a classificação dos casos, não havendo cuidado para que a especificação seja feita também a partir de suas identidades de gênero.

Além das pessoas trans vítimas da Covid-19, essa população também sofreu com a má gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), porta de entrada para diversos tratamentos indispensáveis à saúde LGBTQIA+. O SUS oferece à população transexual, desde 2013, o

chamado “Processo Transexualizador”, instituído pela Portaria 2.803/2013, responsável por realizar o atendimento integral de saúde às pessoas trans de forma gratuita. Neste programa, transexuais podem receber, caso desejem, o tratamento de hormonioterapia e a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero.

Entretanto, com o advento da pandemia e diante da quarentena imposta em diversos estados do país, o número de atendimentos no processo transexualizador teve uma grande diminuição: em comparação com o ano anterior, 2019, as cirurgias de adequação diminuíram 70%, enquanto as terapias hormonais, 6,5%<sup>29</sup>.

Em entrevista à revista *Gênero e Número*<sup>30</sup>, pessoas trans relatam que o avanço da Covid-19 interrompeu os tratamentos de hormonioterapia oferecidos pelo SUS em São Paulo, uma vez que tais atendimentos clínicos e consultas para uso de hormônio não são considerados essenciais. Sobre esse assunto, em entrevista oferecida à revista pelo médico psiquiatra Saulo Vito Ciasca, se verifica a gravidade da situação:

O processo transexualizador já é aquém do que a população trans precisaria normalmente, e nesse período houve um subatendimento desse processo. A pandemia atrapalhou bastante muitos serviços, mas principalmente os destinados à população trans, que é uma população vulnerabilizada. Essa população sofreu um impacto maior da pandemia, que acentuou as desigualdades de acesso à saúde (...) Se uma pessoa trans interromper a terapia hormonal por conta da pandemia, ela vai voltar a ter características físicas que não deseja e não quer ter. No caso dos homens trans, eles podem voltar a menstruar. Muitas vezes se entende que a cirurgia de modificação corporal é uma cirurgia eletiva, mas a demora do processo pode ter consequências para essa população. Isso gera questões graves de saúde mental, aumenta risco de suicídio, autolesão, depressão e ansiedade. O não acesso aos cuidados e modificações corporais pioram a saúde mental das pessoas trans, que já é afetada pela transfobia da sociedade.

Além da limitação ao tratamento transexualizador, usuários e profissionais da saúde denunciaram à revista que a gestão de Bruno Covas, prefeito de São Paulo à época, teria dificultado este acesso. Como exemplo, citam que na Unidade de Saúde Básica (UBS) de Santa Cecília, responsável por atender quase mil pessoas trans em seu programa de hormonioterapia, a gestão direta de servidores públicos foi transferida para o Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (Iabas). Segundo a reportagem, a UBS Santa Cecília “*funciona como um*

---

<sup>29</sup> DA SILVA, Vitória Régia. Cirurgias do processo transexualizador caem 70% em 2020 e denúncias de “esvaziamento” na saúde revelam risco para população trans. *Revista Gênero e Número*, 29 de janeiro de 2021. Disponível em <<https://www.generonumero.media/reportagens/saude-trans/>>. Acesso em 22 de setembro de 2022.

<sup>30</sup> ISOLAMENTO social limita acesso de população a tratamento transexualizador no SUS. *Revista Gênero e Número*, 16 de abril de 2020. Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/isolamento-acesso-trans-saude/>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

*dos principais aparelhos de saúde da capital paulista” no atendimento às pessoas trans, contando com o tratamento de hormonioterapia e equipe especializada. “Já a empresa Iabas é alvo de investigações em São Paulo e no Rio de Janeiro por desvios de verba pública”, relatam.*

Uma profissional da UBS Santa Cecília expõe na reportagem que “o serviço terceirizado oferecido pela Iabas é péssimo e que são profissionais muito ruins, sem a menor experiência”. Segundo ela, “*essa mudança de gestão colocou em risco a continuidade do programa, e médicas que já realizavam esse atendimento foram pressionadas e ameaçadas de serem removidas da unidade de saúde*”. A jovem trans Hanna Silva, atendida pelo programa de hormonioterapia da UBS Santa Cecília desde 2017, comenta o caso:

O serviço prestado pela gestão direta é um serviço de excelente qualidade, diferente da gestão da terceirização, que é de péssima qualidade. Essas empresas têm como foco a produtividade, não a qualidade do atendimento. O impacto dessa mudança é a rotatividade dos médicos, assim, não existe vínculo entre médico e paciente, entre médico e a comunidade do entorno. Há também a contratação de médicos generalistas, que não têm qualificação, e especialistas em número insuficiente para atender a comunidade. O programa está se mantendo até hoje porque nossas médicas estão resistindo e na luta, mesmo sofrendo até perseguição

De acordo com a ANTRA<sup>31</sup>, cerca de 70% de mulheres transexuais e travestis não conseguiram acesso às políticas emergenciais do Estado, devido à situação de extrema vulnerabilidade social em que se encontram. Muitas destas mulheres não possuem documentação válida, acesso à internet, ou se deparam com dificuldades ao preencher o cadastro para solicitar o Auxílio Emergencial oferecido durante a pandemia.

Neste período, a saúde mental da população trans também apresentou piora. O suicídio pode ser mencionado como um grave problema de saúde pública enfrentado por todos os países do mundo e que foi influenciado diretamente pela pandemia. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 800.000 pessoas morrem por suicídio a cada ano, sendo o Brasil o 8º país com o maior índice em todo o globo.

Entre a população transexual, o problema do suicídio também está presente e demonstra que o problema é ainda maior entre as mulheres: em 2019, foram registrados 15 casos de suicídios de pessoas trans no Brasil, sendo 5 cometidos por homens trans e 10 por mulheres transexuais/travestis. Já em 2020, ano em que a pandemia do Covid-19 explodiu em nosso país,

---

<sup>31</sup> BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). São Paulo, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2022.



foram catalogados 23 casos de suicídio: 7 cometidos por homens trans e 16 por mulheres trans/travestis<sup>32</sup>.

No ano de 2021, o Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, da ANTRA, catalogou 12 casos de suicídio, sendo 2 casos entre homens trans e 10 entre travestis/mulheres trans. Entretanto, Bruna Benevides explica que essa diminuição nos casos pode estar maquiada pela dificuldade de monitoramento agravada pela pandemia, além de outras questões como desrespeito da família pela identidade de gênero da vítima, fichas de notificação não preenchidas ou preenchidas incorretamente e falta de publicação dos casos.

Diante de tais fatos, pesquisas puderam demonstrar que o advento da pandemia estava intrinsecamente ligado a uma alarmante piora na saúde mental da população trans. De acordo com levantamento realizado pelo coletivo Vote LGBT<sup>33</sup>, cerca de 42,72% das pessoas entrevistadas mencionaram a piora da própria saúde mental como principal impacto da pandemia, seguido pelo afastamento de suas redes de apoio e pela falta de fonte de renda.

Diante da ausência de políticas públicas por parte do Estado, algumas ONGs espalhadas pelo país se organizaram em prol da saúde mental dessa população. A ONG Transvest, de Belo Horizonte/MG, é um exemplo: durante a pandemia, ofereceu atendimento psicológico gratuito e online para pessoas trans com o intuito de acolher e trabalhar a parte psicológica dessas pessoas.

A ONG International Gay and Lesbian Task Force aponta que 41% das pessoas trans já tentaram suicídio nos Estados Unidos em algum momento da vida, contra 1,2% da população não-trans. Já o Brasil, apesar de ser o país mais violento do mundo com pessoas trans, possui escassa literatura que explore o fenômeno do suicídio entre essa população. Pesquisas sobre o assunto também são raras e, quando realizadas, abrangem uma parcela muito pequena deste grupo. Dessa forma, não se faz possível realizar comparação com outros países acerca do tema e, com isso, podemos perceber claro desinteresse e negligência com este grupo de pessoas tão marginalizado em nosso país.

Estes dados revelam o triste resultado de uma vida vivida em ambientes hostis, sem acolhimento, sem acesso a tratamentos de saúde, garantia de atendimento humanizado, respeito, uso de nome social e medidas governamentais que pudessem gerar uma melhoria de vida dessa população.

---

<sup>32</sup> BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). São Paulo, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>.

<sup>33</sup> Coletivo #VoteLGBT. *Diagnóstico LGBT+ na Pandemia*. Junho de 2020. Disponível em [vote.lgbt+box18241.com.br/diagnostico LGBT+ na pandemia completo \(squarespace.com\)](https://vote.lgbt+box18241.com.br/diagnostico-lgbt-na-pandemia-completo). Acesso em 24 de outubro de 2022.

#### 4.1.2 VIOLÊNCIA

Muito mais que a ‘simples não identificação com o sexo biológico’, ao analisarmos as mulheres trans e travestis, temos a identificação com o feminino, que, numa sociedade estruturalmente machista como a nossa, traz consequências ainda piores. As mulheres, mesmo as cis, já estão propensas a vivenciar durante a vida, muitas formas de opressão e violência. Nesta senda, o Brasil traz números alarmantes: de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021<sup>34</sup>, no ano passado, a cada 7 horas, uma mulher foi vítima de feminicídio no país.

Com relação as mulheres trans e travestis, temos uma dupla opressão: pela não identificação com o sexo biológico – denominadas transfobia e travestifobia, e pela nova identificação e externalização com o sexo feminino. Quando esta violência gera um homicídio, Berenice Bento denomina este fenômeno como transfeminicídio (p. 233/235):

Sugiro nomear esse tipo de assassinato como transfeminicídio, reforçando que a motivação da violência advém do gênero. O conceito “feminicídio” foi usado pela primeira vez para significar os assassinatos sistemáticos de mulheres mexicanas. Seguindo uma tendência legal internacional, o Brasil aprovou uma lei que define os assassinatos motivados por questões de gênero como feminicídio. Ao acrescentar o “trans”, reafirmo, por um lado, que a natureza da violência contra as pessoas trans é da ordem do gênero, conforme discutirei, e, por outro lado, reconheço que há singularidades nos crimes contra essa população, principalmente os que vitimam fatalmente as mulheres trans. (...) O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais do seu corpo generificado, o faz publicamente e demanda esse reconhecimento das instituições sociais.

Ainda Segundo Zerbinato e Bruns (2019):

(...) A violência letal contra minorias sexuais e de gênero não se trata de crimes comuns, decorridos de assalto, bala perdida ou crimes passionais, mas são “crimes de ódio”. A identidade de gênero da vítima é determinante no 'modus operandi' do agressor.

Diante do acontecimento global da pandemia pelo Coronavírus, esperava-se que a violência relativa à população travesti e transexual seria menor em relação aos anos anteriores, tendo em vista a necessidade de isolamento social ter formatado a realidade de diversos municípios e estados brasileiros durante este período.

---

<sup>34</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2021. Disponível em [anuario-15-completo-v7-251021.pdf \(forumseguranca.org.br\)](https://forumseguranca.org.br/anuario-15-completo-v7-251021.pdf). Acesso em 18 de setembro de 2022.

Entretanto, o que se verificou foi justamente o contrário. Segundo dossiê divulgado pela Antra, entre 2008 e 2019 tivemos, em média, 122 assassinatos de pessoas trans a cada ano. Já em 2020, ano em que se iniciou a pandemia em nosso país, este número mostrou-se 43,5% acima da média, sendo computados 175 assassinatos, todos de travestis e mulheres transexuais.

Acreditava-se que durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinatos poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas. (Boletim nº 2/2020 - ANTRA, p. 3)

A Associação verificou também que o Estado de São Paulo liderou o ranking de mortes de pessoas trans, com 29 casos durante 2020, ano um da pandemia no país, seguido do Ceará e Bahia, com 22 e 19 casos, respectivamente. Em 2021, ainda durante a pandemia do Covid-19, São Paulo também apareceu liderando o número de mortes, com 25 assassinatos em seu território. O dossiê ainda informa que entre 2017 e 2021, 781 pessoas trans foram assassinadas em solo brasileiro, sendo São Paulo o líder do ranking por estado em números absolutos, com 105 casos.<sup>35</sup>

Ao pesquisar acerca de medidas elaboradas pelo governo federal voltadas à população trans, o que se percebe é que, no período da pandemia, muito pouco foi feito para proteger este grupo. De acordo com o Relatório de 2020 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>36</sup>, o governo federal limitou-se a criar um aplicativo para facilitar as denúncias de violência de gênero, que, embora não especificadas, podem enquadrar mulheres transexuais e travestis. No tocante à violência contra a população LGBTQIA+, por sua vez, o governo criou a Portaria nº 24 de 12 de novembro de 2020, regulamentando políticas públicas de promoção aos direitos de pessoas homoafetivas. Entretanto, nenhuma política pública voltada a essa população foi, de fato, implementada no período.

---

<sup>35</sup> BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). São Paulo, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>.

<sup>36</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2022.

### 4.1.3 O MERCADO DE TRABALHO E O IMPACTO NA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL FEMININA DURANTE A PANDEMIA

A inclusão no mercado de trabalho ainda é uma das grandes dificuldades de pessoas transexuais – sobretudo para mulheres trans. De acordo com o Antra<sup>37</sup>, apenas 4% das mulheres se encontram em empregos formais e, 6%, mantêm empregos informais ou autônomos, temporários e sem contrato (o famoso “bico”) como o principal vínculo de trabalho.

Como já abordado anteriormente, diante da dificuldade de encontrar empregos formais, muitas mulheres trans e travestis encontram na prostituição uma saída para conseguir sobreviver. Entretanto, durante a pandemia, a prática também foi afetada por conta das medidas de prevenção à Covid-19 como o distanciamento social, o uso de máscaras e o lockdown.

Em entrevista ao Projeto #Colabora<sup>38</sup>, uma mulher trans de 39 anos, expulsa de casa aos 23 devido ao preconceito dos pais e que encontrou na prostituição sua fonte de renda, dá um forte relato sobre a diminuição da clientela durante a pandemia:

“Terei que aceitar se entrar 20 ou 30 reais e voltar para casa, preciso comer. Compro uma bandeja de frango temperada, alguns legumes, e sobrevivo (...) já trabalhei em outras profissões, mas sempre sofri muito preconceito e isso abala muito nossa cabeça. Sendo trans e prostituta, é muito difícil ser respeitada”

O relato reafirma que o preconceito e a violência enfrentada pelas mulheres trans e travestis são responsáveis pela marginalização e vulnerabilidade econômica em que este grupo está inserido. Percebe-se que a entrevistada não buscou se prostituir como sua primeira opção de sustento, mas foi forçada a isso após ser violentada em empregos anteriores.

Em entrevista ao #Colabora, a travesti Keila Simpson, presidenta da ANTRA, afirma ter feito parte de um pequeno e privilegiado grupo de prostitutas que conseguiu se manter isolada e sem trabalhar nas ruas durante a pandemia. Isso porque Keila, além de presidenta da ANTRA, coordena o Espaço de Sociabilidade e Convivência do CPDD (Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBT), trabalho remunerado que pôde ser realizado de forma remota.

“Mas se você perguntar qual a minha profissão, respondo sem titubear: prostituta. Paralisei completamente a prostituição nas ruas já tem uma semana.

---

<sup>37</sup> BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). São Paulo, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>.

<sup>38</sup> FERNANDES, Yuri. Prostituição e Pandemia: “Terei que aceitar 20 ou 30 reais, preciso comer”. *Projeto Colabora*, São Paulo, 27 de março de 2020. Disponível em <<https://projetcollabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-comer/>> Acesso em: 20 de outubro de 2022.

Tenho 55 anos, estou entrando no grupo de risco. Só que existe uma quantidade enorme de meninas trabalhando na noite porque precisam. O clima é de temor porque podem ser infectadas a qualquer hora”

Cientes de que 90% da população trans possui a prostituição como única fonte de renda, a ANTRA elaborou, à época, uma cartilha com orientações àquelas que não possuíam o privilégio de se manterem isoladas durante a pandemia.

Dentro da esfera do emprego formal, a vinda da pandemia também foi responsável por transformações importantes na vida dessas pessoas. De acordo com a plataforma #VoteLGBT em parceria com a agência de pesquisas Box1824, em 2020, 6 em cada 10 pessoas LGBTQIA+ tiveram diminuição de renda ou perderam o emprego por conta da pandemia. Na esfera trans, cerca de 20,47% deste grupo perdeu o emprego.

Em entrevista ao Brasil Atual<sup>39</sup>, a mulher trans Isabella, de 29 anos, expõe suas preocupações acerca da iminência do desemprego durante a pandemia do Coronavírus. Isabella conseguiu um emprego como vendedora de cosméticos depois de muito sacrifício. Porém, diante da queda brusca nas compras durante a pandemia, precisou entrar em férias.

Bate o desespero. ‘Meu Deus, será que eu vou ser mais uma das pessoas LGBTQs desempregadas?’ Porque emprego para a gente é muito difícil, sai dos padrões que essa sociedade heteronormativa impõe. Me identifiquei trans muito cedo, eu ia atrás de emprego e as empresas não queriam me contratar pelo fato de eu ser trans. E essa empresa me contratou (...) Mas e se nada disso voltar ao normal, o que vai ser de mim?

Diante dos dados alarmantes sobre a condição financeira e sobrevivência econômica deste grupo, a sociedade tomou a iniciativa. A ONG Transvest, responsável por oferecer atendimento psicológico gratuito e online para pessoas trans durante a pandemia, também realizou ações para dar maior suporte econômico à essa população: como resultado da ação, 90 travestis de Belo Horizonte receberam R\$100,00 (cem reais) mensais durante a pandemia. Para travestis idosas, o valor mensal foi de R\$200,00 (duzentos reais).

Em nota, a Aliança Nacional LGBTI+ demonstrou preocupação com a sobrevivência econômica deste grupo durante a pandemia:

O que já nos preocupava antes – as violências, discriminações, negações de direitos e a situação de pobreza da população LGBTI, especialmente pessoas trans e não-binárias – a pandemia do coronavírus trouxe outro problema: a sobrevivência econômica deste segmento populacional, já que a sua maioria vivencia situação de

---

<sup>39</sup> ASSUNÇÃO, Clara. Do Norte ao Sul: como a pandemia afeta a vulnerável população trans. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 17 de maio de 2020. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/pandemia-agrava-vulnerabilidade-da-populacao-trans/>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

trabalho precário, trabalho informal e ou não tem trabalho algum, fazendo bico em diversas áreas ou trabalho sexual

Além da Transvest, outras organizações sociais com o intuito de reduzir os danos causados pela pandemia às mulheres trans e travestis surgiram pelo Brasil. Como exemplo, as ONG Davida, Casa Nem, os grupos PreparaNem e Pela Vidda e a ONG TransRevolução se uniram para auxiliar as pessoas trans desamparadas pelo governo, arrecadando doações em dinheiro, itens para prevenção ao coronavírus e alimentos. Indianare Siqueira, ativista trans, presidente do Grupo Transrevolução e coordenadora da CasaNem, falou sobre o projeto<sup>40</sup>: *“Enquanto profissionais do sexo, estamos agindo através da Rede Brasileira de Prostitutas e de outras centrais para que profissionais do sexo também possam permanecer em suas residências, alimentadas e seguras”*.

## **5. PÓS-PANDEMIA: O IMPACTO DO “NOVO NORMAL” NA SITUAÇÃO TRANSEXUAL E A TRISTE PERSPECTIVA DE FUTURO**

Percebe-se, pelos dados demonstrados ao longo deste trabalho, o quão grave se demonstrou a pandemia da Covid-19 para as mulheres transexuais e travestis em nosso país.

Essa população, que já era marginalizada e invisibilizada pelo Estado em tempos pré-pandêmicos, se deparou com um esquecimento ainda maior no tocante a políticas públicas voltadas para atender suas necessidades latentes.

Conforme a pesquisa e dados apresentados pela plataforma #VoteLGBT realizada em junho de 2021<sup>41</sup>, 6 em cada 10 pessoas LGBTQIA+ (59,47%) que perderam seus empregos durante a pandemia encontram-se desempregados há 1 ano ou mais. Segundo o relatório, a porcentagem de pessoas nessa situação no primeiro trimestre de 2021 era de 41% e quase dobrou em relação à pesquisa realizada em 2020 (31,65%).

Interessante - e triste - observar que não obstante o número de desempregados há mais de um ano, a pesquisa demonstra que cerca de 60% das pessoas trans não conseguiriam sobreviver sem renda por mais de 1 mês caso perdessem sua fonte de renda no dia da resposta à pesquisa. Logo, fica o questionamento: como essas pessoas estão sobrevivendo?

---

<sup>40</sup> FERNANDES, Yuri. Prostituição e Pandemia: “Terei que aceitar 20 ou 30 reais, preciso comer”. *Projeto Colabora*, São Paulo, 27 de março de 2020. Disponível em <<https://projetcollabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-comer/>> Acesso em: 20 de outubro de 2022.

<sup>41</sup> Coletivo #VoteLGBT. *Diagnóstico LGBTQIA+ na Pandemia*. Junho de 2020. Disponível em [vote.lgbt+box18241.com.br/diagnostico-lgbt-na-pandemia-completo](https://vote.lgbt+box18241.com.br/diagnostico-lgbt-na-pandemia-completo) (squarespace.com). Acesso em 24 de outubro de 2022.

Ainda, o levantamento demonstra que 56,82% das pessoas trans encontram-se hoje em situação de “insegurança alimentar” – o que pode ser definido como a probabilidade de ocorrer a falta de acesso aos alimentos básicos para a subsistência da população. Entre a população LGBTQIA+ em geral, essa porcentagem é de 41,53%, o que demonstra que pessoas transexuais são as mais afetadas dentro deste grupo.

Para contornar este cenário, algumas iniciativas particulares surgem na sociedade civil como tentativa de suprir demandas que deveriam ser de responsabilidade governamental. Entre essas iniciativas, podemos citar a plataforma Transempregos, “*maior e mais antigo projeto de empregabilidade de pessoas trans do Brasil*”<sup>42</sup>, que conseguiu empregar 797 pessoas trans em 2021, 11% a mais em relação a 2020. Destas pessoas, 42,20% são homens trans, 37,13% mulheres trans e 5,22% travestis, o que demonstra mais uma vez o recorte de gênero latente dentro do grupo.

Dessa maneira, verifica-se que no pós-pandemia a situação no tocante à empregabilidade de pessoas trans tornou-se ainda mais desafiadora e urgente. As iniciativas privadas são ótimas, mas não substituem ações públicas e infelizmente são insuficientes para atender toda a população trans. O aumento da porcentagem de pessoas trans desempregadas entre 2020 e 2021 expõe a ausência de políticas públicas para contornar a situação e, embora ainda não tenham sido divulgadas pesquisas referentes ao ano de 2022, caminharemos para a mesma situação caso medidas urgentes não sejam tomadas pelo poder público.

No tocante à saúde, as prospecções também não são boas. A medida em que 55,19% das pessoas trans declararam que sua saúde mental piorou em relação à 2020, nenhuma ação do governo foi implementada para tratar sobre o assunto. Novamente, essas pessoas ficaram à mercê de iniciativas de ONGs e plataformas particulares como o Acolhe LGBTQ+ e a Transvest que, infelizmente, não têm condições de cuidar de toda essa população sem ajuda do poder público.

Assim, serviços de saúde especializados na população trans, inclusive no tocante à saúde psicológica, precisam ser criados e revistos com brevidade, a fim de aumentar a abrangência destes serviços e prepará-los para o grande número de pessoas que necessitará de avaliação e acompanhamento especializado neste pós-pandemia.

---

<sup>42</sup> Definição dada pelo próprio projeto. Disponível em <https://www.transempregos.com.br/quemsomos>. Acesso em 24 de outubro de 2022.

## 6. CONCLUSÃO

A pandemia do Coronavírus teve consequências significativas para todos nós: vimos nossa vida parar de maneira abrupta e inesperadamente. Tivemos que ficar em casa contra a nossa vontade, usar máscaras e inserir hábitos em nossas vidas que nos pareciam muito distantes.

Nesta realidade, também se inserem as pessoas trans, entretanto, com consequências pandêmicas ainda mais sérias: a perda de direitos básicos como acesso à saúde, aumento dos riscos de ataques motivados por LGBTfobia, aumento de mortes desse grupo e de diminuição de chances de trabalho formal – que já eram escassas.

A partir do estudo produzido, foi possível verificar que a pandemia impactou negativamente na saúde da população LGBTQIA+, potencializando as barreiras de acesso aos serviços de saúde como a hormonioterapia e cirurgias, principalmente pela necessidade do isolamento social e pela suspensão destes serviços diante da sua considerada não essencialidade.

A pesquisa feita também apontou que durante a pandemia, a taxa de violência contra mulheres trans e travestis aumentou significativamente, além de a saúde mental dessa população ter sido um dos maiores problemas enfrentados durante a crise sanitária pela qual passamos. O aumento da prostituição e da situação de insegurança alimentar impulsionada pela pandemia também pode ser verificado.

Assim, o trabalho concluiu que a passo em que mulheres trans e travestis se encontravam cada vez mais solitárias e enfrentando uma maior marginalização e vulnerabilidade perante a sociedade, o governo federal pouco fez para ajudar este grupo. A falta de políticas públicas para inibir os altos níveis de violência e a má gestão dos serviços de saúde pode ser considerada partícipe nos números de vidas perdidas e pela triste situação em que se encontram essas mulheres.

É de fundamental importância que o poder público coordene e estruture uma rede de atuação que combine os setores público e privado a fim de discutir, organizar e implementar projetos políticos sociais que sejam capazes de mudar paradigmas. Este compromisso social, materializado numa aliança entre setores, será capaz de fazer avançar uma agenda pensada especificamente para a população trans e, dessa maneira, possibilitar uma melhoria qualitativa no que tange à empregabilidade deste grupo.

Engajar o poder público e a sociedade civil em uma atuação conjunta em prol da população trans deve ser prioridade para que lhes seja garantida uma vivência digna e longe das



agruras da marginalização e da exclusão, fatores ainda tão presentes em nossa sociedade. Mulheres trans e travestis têm sua própria voz. Elas só precisam de quem as deem ouvidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012, f. 279. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. [S.l.]: [s.n.]. 1966.

ASSUNÇÃO, Clara. **Do Norte ao Sul: como a pandemia afeta a vulnerável população trans**. Rede Brasil Atual, São Paulo, 2020. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/pandemia-agrava-vulnerabilidade-da-populacao-trans/>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). São Paulo. 2021.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). São Paulo. 2022.

BENJAMIN, Harry. **O fenômeno transexual**. São Paulo: Ibrasa, 1966.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador. EDUFBA, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em 12 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento**. Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT. Brasília. 2020. Disponível em [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/LGBT-nas-prisoos-Brasil.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/LGBT-nas-prisoos-Brasil.pdf). Acesso em 21 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília, DF. 2015. Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf). Acesso em 15 de outubro de 2022.

CARVALHO, Mário. **“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas**. Cadernos Pagu, 2018.

CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo**. São Paulo. 2021.

COLETIVO #LGBT. **Diagnóstico LGBT na Pandemia**. Junho de 2020. Disponível em [vote lgbt + box1824\] diagnóstico LGBT+ na pandemia\\_completo \(squarespace.com\)](https://lgbt+box1824.diagnostico.lgbt+na.pandemia_completo.squarespace.com). Acesso em 24 de outubro de 2022.

DA SILVA, Vitória Régia. Cirurgias do processo transexualizador caem 70% em 2020 e denúncias de “esvaziamento” na saúde revelam risco para população trans. **Revista Gênero e Número**, 2021. Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/saude-trans/>. Acesso em 22 de setembro de 2022.

FERREIRA, Letícia. Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/emprego-formal-ainda-e-excecao-entre-pessoas-trans.shtml>. Acesso em 26 de agosto de 2022

FERREIRA, Lola. Pouco dinheiro gasto por ministério de Damares em 2020 impacta mulheres LGBT+ e gera temor sobre futuro da pasta. **Revista Gênero e Número**. 14 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/orcamento-damares-2020-mulheres-lgbt/>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

FERNANDES, Yuri. Prostituição e Pandemia: “Terei que aceitar 20 ou 30 reais, preciso comer”. **Projeto Colabora**, São Paulo, 27 de março de 2020. Disponível em <https://projetcolabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-comer/>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2022.

GLOSSÁRIO. **Livres e Iguais Nações Unidas**. Disponível em <https://www.unfe.org/pt-pt/definitions/>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

GONZALEZ, Mariana. Fátima errou e se desculpou: entenda a diferença entre travesti e transexual. **UNIVERSAuol**, 2021. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/07/03/fatima-errou-e-se-desculpou-entenda-diferenca-entre-travesti-e-transexual.htm>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. In.: DAVIS, Mike, *et al.* *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Coronavirus-e-a-luta-de-classes.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Coronavirus-e-a-luta-de-classes.pdf)> Acesso em 14 de agosto de 2022.

ISOLAMENTO social limita acesso de população a tratamento transexualizador no SUS. **Revista Gênero e Número**, 2020. Disponível em

<https://www.generonumero.media/reportagens/isolamento-acesso-trans-saude/>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos – Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. 2ª. ed. Brasília: [s.n.], 2012.

JR, Jorge Leite. **"Nossos Corpos Também Mudam": sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. 1 ed. São Paulo. Annablume, 2008.

LGBTs sofriam torturas mais agressivas, diz CNV. **BBC**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210\\_gays\\_perseguiacao\\_ditadura\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_gays_perseguiacao_ditadura_rb). Acesso em: 20 de outubro 2022.

OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante de. **"E travesti trabalha?": divisão transexual do trabalho e messianismo patronal**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

PERSEGUIÇÃO aos homossexuais durante o Terceiro Reich. **United States Holocaust Memorial Museum – Enciclopédia do Holocausto**. Washington, EUA. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gay-men-under-the-nazi-regime>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

QUEBRANDO mitos. Direção e produção: Fernando Grostein Andrade. FilmSoul Studios, Noho, Califórnia, 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LUQyatn4iqQ>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

RELATÓRIO anual de dados. **Transempregos**, 29 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.transempregos.com.br/dados2020>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

SALABERT, Duda. Os impactos da pandemia na população trans. **Nexo Jornal**, 2021. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Os-impactos-da-pandemia-na-popula%C3%A7%C3%A3o-trans>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics**, 2021. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD)**. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

WORLDWIDE, T.V.T. TvT TMM UPDATE TRANS DAY OF REMEMBRANCE 2021. **Transrespect**, 2021. Disponível em: [https://transrespect.org/wp-content/uploads/2021/11/TvT\\_TMM\\_TDoR2021\\_Tables.pdf](https://transrespect.org/wp-content/uploads/2021/11/TvT_TMM_TDoR2021_Tables.pdf). Acesso em 20 de outubro de 2022.

ZERBINATO, J. P.; BRUNS, M. A. D. T. **Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência**. Periódicus, Salvador, v. 2, 2019.

## TERMO DE AUTENTICIDADE DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, \_\_\_\_\_ Luiza Altieri David \_\_\_\_\_  
discente regularmente matriculado(a) na disciplina TCC II, da 10ª etapa do curso de Direito,  
matrícula nº (inserir TIA), período (inserir período), turma (inserir turma), tendo realizado o  
TCC com o título: Os efeitos da pandemia da covid-19 na população travesti e transexual  
feminina brasileira: um estudo sobre marginalização e abandono. \_\_\_\_\_  
sob a orientação do(a) Professor(a) \_\_\_\_\_ Bruna Angotti \_\_\_\_\_  
declaro para os devidos fins que tenho pleno conhecimento das regras metodológicas para  
confecção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), informando que o realizei sem plágio  
de obras literárias ou a utilização de qualquer meio irregular.

Declaro ainda que, estou ciente que caso sejam detectadas irregularidades referentes  
às citações das fontes e/ou desrespeito às normas técnicas próprias relativas aos direitos  
autorais de obras utilizadas na confecção do trabalho, serão aplicáveis as sanções legais de  
natureza civil, penal e administrativa, além da reprovação automática, impedindo a conclusão  
do curso.

São Paulo, 11 de novembro de 2022.

*Luiza Altieri David*

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do discente**